



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE LETRAS**

**SUBENTENDIDOS EM CRÔNICAS E EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO**

Mayara Oliveira Fernandes

Rio de janeiro  
2021

MAYARA OLIVEIRA FERNANDES

SUBENTENDIDOS EM CRÔNICAS E EDITORIAIS DO JORNAL O GLOBO

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na habilitação Português/Literaturas.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Martins Gouvêa

Rio de Janeiro

2021

FM467s      Fernandes, Mayara Oliveira  
              Subentendidos em Crônicas e Editoriais do Jornal  
              O Globo / Mayara Oliveira Fernandes. -- Rio de  
              Janeiro, 2021.  
              29 f.

              Orientador: Lúcia Helena Martins Gouvêa.  
              Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
              Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
              de Letras, Bacharel em Letras: Português -  
              Literaturas, 2021.

              1. Semântica. 2. Análise do Discurso. 3. Língua  
              Portuguesa. 4. Conteúdos Implícitos. 5.  
              Subentendidos. I. Gouvêa, Lúcia Helena Martins ,  
              orient. II. Título.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	5
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....	7
3.METODOLOGIA .....	14
4. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	15
4.1. Análise qualitativa .....	15
4.2. Análise quantitativa .....	25
5. CONCLUSÃO .....	30
REFERÊNCIAS .....	31

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta como tema geral a produção de subentendidos em editoriais e crônicas do Jornal O Globo. Em textos argumentativos como esses, podem-se encontrar diferentes formas de defender uma tese e uma delas é a argumentação por implícitos.

Em Ducrot (1987), linguista que parte da perspectiva pragmática da Semântica, verifica-se a distinção entre dois tipos de conteúdo implícito: *pressupostos* e *subentendidos*.

*Pressupostos* são conteúdos, em teoria, compartilhados pelos interlocutores de um ato comunicativo. Quando se diz, por exemplo, que “o político parou de roubar”, pressupõe-se que antes o político roubava. Essa noção é indicada pelo verbo “parou”, um típico marcador de mudança de estado. A mesma sentença, porém, pode ser usada, ainda, para sugerir algo como “então podemos votar nesse político”, “então podemos voltar a acreditar nele”, “ele não merece ir para a cadeia” etc. Estes conteúdos são apenas alguns *subentendidos* ou conclusões possíveis, que só seriam efetivamente capturados pelo interlocutor da mensagem a partir de um contexto, de uma situação comunicativa que favorecesse a inferência.

Os subentendidos, nesse sentido, estão sempre vinculados a um contexto e não necessariamente a um marcador linguístico específico, como é o caso da pressuposição.

Seguindo essa mesma linha teórica, José Luiz Fiorin, ao tratar sobre inferência semântica no livro *Argumentação* (2020), destaca o fato de que alguns subentendidos carregam uma espécie de *conteúdo maldoso*, isto é, subentendidos que são *insinuações* formuladas com a intenção de julgar negativamente, fazer críticas a respeito de algo ou alguém.

Com base nessa Literatura, este trabalho busca investigar as estruturas linguísticas utilizadas pelos autores do *corpus* para a produção de subentendidos, bem como as finalidades desses subentendidos.

A escolha pelos gêneros editorial e crônica se baseia no fato de que ambos são produtivos do ponto de vista argumentativo e, além disso, apresentam características distintas em relação ao grau de formalidade. Pretende-se, com isso, fazer uma comparação entre os dois gêneros e identificar possíveis padrões relacionados ao uso de implícitos.

Os textos escolhidos para a análise foram todos publicados no site do Jornal O Globo entre os meses de julho e setembro de 2021 e tratam de *esporte* e *política*. Os autores das crônicas escolhidas são Gustavo Poli, Luana Génot, Fernando Gabeira, Zuenir Ventura e Eduardo Affonso. Já os editoriais selecionados não são assinados por um jornalista específico, funcionando, assim, como a voz institucional do O Globo.

A pergunta-problema que orienta a presente pesquisa, portanto, é: “Como e com quais fins são produzidos os subentendidos que apoiam a argumentação das crônicas e dos editoriais no Jornal O Globo?” Diante dessa interrogação, formularam-se algumas hipóteses:

1. O gênero crônica apresentaria maior número de subentendidos quando comparado ao gênero editorial de jornal.
2. Determinados subentendidos carregariam um julgamento negativo (insinuações) sobre algo ou alguém.
3. O gênero editorial de jornal apresentaria um número menor de insinuações que o gênero crônica.
4. Os textos de temática política apresentariam um percentual maior de subentendidos do tipo insinuação.

Este trabalho está dividido em cinco partes, a saber: 1) *Introdução*, seção que evidencia o tema, o objetivo, a pergunta-problema e as hipóteses da pesquisa; 2) *Pressupostos Teóricos*, capítulo que aborda com mais profundidade os conceitos adotados aqui, como subentendidos e insinuação *versus* não insinuação — a partir de trechos do próprio *corpus* selecionado; 3) *Metodologia*, em que se explicam os procedimentos adotados para a resolução da pergunta-problema; 4) *Análise Qualitativa*, que apresenta dois textos (uma crônica e um editorial) a fim de evidenciar o modo como a análise do *corpus* foi feita; *Análise Quantitativa*, seção na qual as hipóteses são retomadas para serem confirmadas ou não pelos dados levantados; e, por fim, 5) *Conclusão*, espaço que retoma os pontos e os resultados mais relevantes da pesquisa.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O presente trabalho segue a perspectiva da Semântica Pragmática, isto é, o campo da Linguística que estuda “a maneira pela qual a gramática, como um todo, pode ser usada em situações comunicativas concretas” (CANÇADO, 2008).

Sob este prisma, entende-se que, dentro da ação comunicativa, os sentidos de um texto, seja ele escrito, seja ele falado, podem ser elaborados e compreendidos não só a partir de elementos linguísticos e verbalizados, mas também extralinguísticos e não verbalizados.

Anteriormente ao surgimento dessa abordagem, o filósofo da linguagem britânico Paul Grice (1913-1988) já havia compreendido que a comunicação, ou sua efetiva utilização, está apoiada em um Princípio de Cooperação (1975). Isso significa que, ainda que de forma inconsciente, a conversação entre os indivíduos opera por uma lógica cooperativa. Esse Princípio, por sua vez, é assegurado pelo respeito a quatro máximas, a saber:

(...) a máxima da relevância (fale o que for relevante para a conversa); a máxima do modo (não seja obscuro); a máxima da qualidade (fale apenas o que considera ser verdadeiro) e a máxima da quantidade (não fale mais nem menos do que for solicitado) (GOUVÊA e SILVA, 2019, p.857).

Vale ressaltar que, ao estabelecer as citadas máximas, Grice também considera o não cumprimento delas pelos indivíduos. Nesse sentido, a violação dessas máximas não é vista aqui como um impedimento à comunicação, mas como um fator capaz de interferir consideravelmente na interpretação do que está sendo dito ou escrito.

A tirinha abaixo, de Dik Browne, ajuda a ilustrar esses conceitos:



Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/16088061>

O humor da tirinha acima é construído a partir de um ruído na comunicação entre as personagens. No segundo quadrinho, percebe-se que Hagar não capturou a significação presente no enunciado “Café?”, a saber, “*Você quer café?*” ou “*Você aceita café?*”, sugerido por Helga. Ao invés disso, Hagar entendeu que ela não havia entendido o que era o líquido dentro do bule. Nesse sentido, ao fazer a pergunta de uma forma mais econômica, Helga violou a máxima da quantidade/modo, interferindo na interpretação do seu interlocutor.

Ducrot (1987) teoriza também sobre esses conteúdos implícitos presentes nos enunciados. Ele aponta para dois tipos de implícitos possíveis: *pressupostos* e *subentendidos*. O primeiro é capturado através de elementos linguísticos localizados no texto, e o segundo, que será o foco deste estudo, demanda sempre uma análise do contexto, da situação em que a comunicação ocorre e depende até mesmo do conhecimento de mundo dos envolvidos na conversação.

Assim, quando se lê em um jornal a manchete “Covid vira principal causa de afastamento do trabalho”, está **pressuposto**, pelo vocábulo “vira”, que, anteriormente, o covid não era a causa principal de afastamento do trabalho. Do mesmo modo, o vocábulo “principal” alerta para o fato de que existem outras causas ainda para esse afastamento.

Já no exemplo anterior, em que há um mal-entendido entre as personagens da tirinha, o ruído na comunicação ocorre porque um conteúdo implícito do tipo **subentendido** não foi capturado por Hagar.

Grice chama de **Implicatura Conversacional** esses implícitos do tipo subentendido. Sendo assim, em outras palavras, é correto dizer que houve uma falha na comunicação entre Hagar e Helga porque a implicatura, ou a inferência semântica (Fiorin, 2020), produzida por ela não foi recuperada por ele.

As implicaturas, como dito, podem ser elaboradas de maneira consciente, como frutos de certas intenções comunicativas ou não. Muitos teóricos apontam para o fato de que os subentendidos ajudam a dizer aquilo que não se tem muita coragem de dizer ou não se quer dizer de forma tão direta.

Se, por exemplo, Fulano pergunta para Beltrano se Sicrano é bonito, e Beltrano responde dizendo que Sicrano é muito simpático, está subentendido que Beltrano não acha Sicrano bonito, caso contrário não teria se desviado da pergunta e violado a máxima da relevância. Por outro lado, não se pode afirmar que Beltrano chamou Sicrano de feio. Beltrano consegue defender-se dessa acusação, se necessário,



negando o implícito verbalizado pelo outro. Esta é a vantagem (ou desvantagem) dos subentendidos: é uma maneira de dizer sem se comprometer, de dizer sem dizer, de sugerir, mas não afirmar (Fiorin, 2020).

Evidentemente, além de servir como uma estratégia de não comprometimento, os subentendidos também são utilizados com outros fins. Quando se volta ao exemplo da tirinha, não parece que a intenção de Helga fosse enganar, manipular ou se proteger de alguma futura acusação de Hagar. Talvez fosse apenas óbvio para ela que Hagar iria entender a pergunta simples que ela lhe fez.

Muitas vezes, o implícito é gerado de forma espontânea e natural, sem intenção de provocar o outro. Fiorin (2020) também comenta sobre esse caráter corriqueiro dos implícitos:

Há coisas que se compreendem sem que seja necessário dizê-las. São as informações que já se conhecem ou se podem facilmente inferir. Nada é mais torturante do que conversar com pessoas que não sabem fazer implícitos e dizem tudo nos mínimos detalhes. Operamos sempre com implícitos. Mesmo certas perguntas banais da vida cotidiana estão construídas sobre eles: *Que bicho te mordeu?; Você viu passarinho verde?; Você está me estranhando?; Na loja em que você comprou essa roupa tinha para homem?; Qual é a sua?* (FIORIN, 2020, p.206)

Com o fragmento acima, Fiorin consegue lembrar a seus leitores o quanto conteúdos subentendidos são produtivos e frequentes em diversos contextos da vida.

No penúltimo exemplo de “pergunta banal” apresentado (“*Na loja em que você comprou essa roupa tinha para homem?*”), entretanto, há o que se pode chamar de humor preconceituoso. A pessoa que faz esse tipo de pergunta pode estar chamando indiretamente o interlocutor de homossexual, como se ser gay fosse algo ruim. O implícito, nesse caso, revela um **juízo negativo** do enunciador.

Já as outras “perguntas banais” apresentadas por Fiorin estão carregadas de metáforas (“bicho te mordeu”, “passarinho verde”, “estranhando”), mas não são empregadas necessariamente como juízo negativo do outro. A metáfora, vale lembrar, é um recurso linguístico muito utilizado em textos literários para fins estéticos, mas a metáfora conceitual (CANÇADO, 2008), da perspectiva da linguística cognitiva, é extremamente produtiva também no dia a dia, como simples meio de facilitar a compreensão de ideias mais abstratas, por exemplo.

Até aqui, portanto, foi possível observar uma distinção entre, pelo menos, dois tipos de subentendidos: aqueles gerados para não se comprometer com o que está

sendo dito, pois carregam em sua essência um **juízo negativo**, uma **opinião polêmica** ou uma **acusação maldosa**, e aqueles elaborados apenas com a intenção de tornar a comunicação mais ágil e/ou mais clara, ou, ainda, fazer um elogio. Com base na nomenclatura encontrada em Fiorin (2020), o primeiro caso será chamado aqui de **insinuação** e os demais de **não insinuação**.

Ambos os tipos de subentendidos (insinuação e não insinuação) podem ser frutos de metáforas, metonímias, ironias, conclusões, alusões, enfim, mecanismos que convidam o leitor/ouvinte a fazer inferências, interpretações. Os exemplos a seguir foram retirados do *corpus* selecionado para esta pesquisa e ajudam a entender melhor a classificação proposta.

- (1) “[Bolsonaro e seus apoiadores] desfrutam a liberdade de expressão, **porém não podem atacar as instituições que sustentam o ordenamento democrático.**” (Editorial O Globo, *Em defesa da Urna Eletrônica*, 08/08/2021, grifo nosso)

Quando o Editorial do Jornal O Globo diz que Bolsonaro e seus seguidores “não podem atacar as instituições que sustentam o ordenamento democrático”, pode-se **concluir** que o Presidente e seus apoiadores atacam, já atacaram ou parecem querer atacar em algum momento essas instituições. É, portanto, um implícito que julga, que aponta indiretamente para o lado negativo e, por isso, constitui uma **insinuação**.

- (2) “Vale tudo na campanha que Bolsonaro vem fazendo para desenterrar o voto impresso, **que pode favorecer o voto de cabresto.**” (Crônica de Zuenir Ventura para O Globo, *Um caso de ideia fixa*, 10/08/21, grifo nosso)

No caso acima, **conclui-se** que Zuenir Ventura **insinua** que Bolsonaro estaria interessado no retorno do voto de cabresto, ao defender a volta do voto impresso.

- (3) “Nas regras para privatizar a Eletrobras, o congresso fez **enxertos** que tornam mais **suja** nossa matriz energética.” (Editorial O Globo, *Cenário sombrio para o clima exige ação urgente*, 10/08/2021, grifo nosso)

Já o vocábulo “enxertos” no trecho acima foi acionado apenas como uma **metáfora** explicativa, **sem intenções julgadoras**. Ao verificar o que o dicionário Aulete diz sobre essa palavra, encontra-se a seguinte explicação:

(en.xer.to)

sm.

1. Agr. Operação pela qual se introduz broto ou ramo de um vegetal em outro vegetal, para desenvolver-se como na planta de origem.

2. Agr. A parte viva do vegetal que se introduz em outro vegetal na operação de enxerto.

3. Agr. O vegetal enxertado.

4. Cir. Cirurgia em que se transferem células ou tecido de um local para outro do corpo de uma mesma pessoa ou de uma pessoa para outra.

(Disponível em <https://aulete.com.br/enxerto>, 11/10/21)

Trata-se, então, da palavra “enxerto” em um sentido figurado (**metáfora**), carregando, implicitamente, a ideia de “alteração”, “inclusão”. Constitui, assim, um caso de **não insinuação**.

O mesmo não pode ser dito sobre o adjetivo “suja” no mesmo fragmento do texto. Uma matriz energética mais “suja” é uma matriz energética composta por cada vez menos recursos renováveis. O adjetivo utilizado, no entanto, é muito mais eficiente para produzir um efeito negativo e enfatizar a crítica realizada pelo editorial. É, por isso, uma metáfora que **insinua**, que critica.

Para exemplificar um caso de **alusão**, isto é, uma referência a algum evento/fala já ocorrido(a) (FIORIN, 2020), pode-se mencionar o título da crônica de Eduardo Affonso, sobre a repercussão da entrevista do governador do RS, Eduardo Leite, a Pedro Bial: **“Ser ou não ser, eis a não questão”**.

Muitos leitores podem subentender, nesse título, a **alusão** feita à famosa frase de Hamlet (*To be or not to be, that is the question*), mas Affonso, ao mesmo tempo que retoma Shakespeare, faz **alusão** à fala do próprio Eduardo Leite, quando disse ao entrevistador que se assumir gay deveria ser uma não questão. O cronista, então, em um jogo de palavras, conseguiu fazer dupla alusão. Pode-se entender, ainda, que o ponto de vista de Affonso está colocado já no título de sua crônica. De fato, o autor defende, ao longo do texto, que se assumir ou não gay deveria não ser mais um problema na sociedade atual. É, portanto, uma alusão que carrega consigo um julgamento, uma **insinuação**.

Diferentemente do que ocorre no estudo da pressuposição, no qual se fala em marcadores, categorias claras que acionam os pressupostos, os subentendidos não

estão muito bem classificados ou tipificados na literatura, certamente porque constituem um tipo de implícito mais subjetivo, de responsabilidade daquele que recebe a mensagem. O interlocutor, a partir do seu conhecimento de mundo e da situação comunicativa, será ou não capaz de decodificar os implícitos gerados pelo enunciador do discurso.

Reconhecendo, entretanto, esse caráter subjetivo e híbrido do objeto de análise deste trabalho, optou-se por adotar, com base na nomenclatura encontrada em Fiorin (2020), uma distinção para os subentendidos analisados no *corpus* desta pesquisa. O objetivo não foi estabelecer categorias estanques, mas apresentar uma sistematização possível para que o presente estudo fosse capaz de revelar certos padrões.

Cabe ainda, nesta seção, uma breve reflexão sobre os gêneros textuais escolhidos para esta pesquisa: editorial e crônica jornalística.

Costa (2009) descreve o gênero editorial da seguinte forma:

Artigo (v.) de opinião em que se discute uma questão ou assunto, apresentando-se o ponto de vista do jornal, da empresa jornalística ou do redator-chefe, da emissora de rádio ou televisão ou do responsável pelo programa. É também conhecido como artigo de fundo. Não vem assinado, diferentemente dos artigos de opinião. (COSTA, 2009)

Ao fazer associação com o gênero “artigo de opinião”, o autor destaca o caráter expositivo-argumentativo desse tipo de texto, e menciona (já no verbete artigo) que a estrutura composicional desses gêneros pode variar bastante, mas sempre desenvolvem, explícita ou implicitamente, uma opinião.

Já sobre o gênero crônica, Costa aponta:

Originária dos folhetins publicados no início do jornalismo, em meio a manchetes, notícias, reportagens, editoriais, *etc...*, [a crônica] é leve e rápida, construindo um lugar de familiaridade para a relação enunciador/enunciatário, numa cenografia de conversa amena, diferentemente, por exemplo, do editorial (v.), que recupera os fatos midiáticos de maneira mais densa e formal. (COSTA, 2009)

É, assim, um traço comum a ambos os gêneros a dimensão argumentativa da mensagem, e um traço distintivo a maneira de defender sua tese. Comparando-se ao gênero editorial, há na crônica mais subjetividade e menos formalidade, bem como

uma seleção vocabular mais livre, o que naturalmente pode favorecer o surgimento de implicaturas.

A partir dos exemplos e das explicações sobre os gêneros apresentados acima, o presente trabalho parte do pressuposto de que a argumentação pode ser muito produtiva no nível do não dito, especialmente nos implícitos do tipo subentendido. Resta saber, portanto, como esses subentendidos são acionados e com quais fins.

No próximo capítulo, entra-se na descrição da metodologia adotada para este trabalho.

### 3. METODOLOGIA

Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica a fim de entender melhor como os conteúdos implícitos poderiam contribuir para a construção de textos. Após essa pesquisa, optou-se por selecionar dez textos – cinco crônicas e cinco editoriais – publicados no site do Jornal O Globo, entre os meses de julho e setembro de 2021, para investigar como os subentendidos eram produtivos em termos de argumentação.

A escolha desses textos teve, como critério, a atualidade e a aproximação temática. Assim, para cada assunto/tema a seguir, selecionou-se um editorial e uma crônica:

- (1) Fim das Olimpíadas em Tóquio;
- (2) As mudanças climáticas geradas pela ação humana;
- (3) As manifestações bolsonaristas agendadas para 07/09/21;
- (4) A defesa de Bolsonaro pela volta do voto impresso; e
- (5) Homossexualidade na política (a repercussão da entrevista de Eduardo Leite a Pedro Bial).

Essa aproximação temática entre os gêneros teve o objetivo de diminuir as possíveis interferências que os temas poderiam causar na construção dos subentendidos.

A escolha do *corpus* acima possibilitou, assim, uma análise comparativa entre os textos com o mesmo tema. Essa análise, a princípio, buscou fazer um levantamento geral da **quantidade** de subentendidos presentes em cada texto. Em seguida, o objetivo tornou-se entender melhor a natureza desses subentendidos, isto é, se carregavam consigo julgamentos negativos (insinuações) ou não.

Esta pesquisa, portanto, tem caráter qualitativo e quantitativo, uma vez que evidencia, através de exemplos, como a análise foi feita e contabiliza o número de subentendidos encontrados e a incidência de cada tipo de subentendido.

## 4. ANÁLISE DO CORPUS

### 4.1. Análise Qualitativa

Os textos intitulados *Será preciso ter responsabilidade no 7 de Setembro* e *E tudo se acabar na quarta-feira* foi o par temático escolhido para ilustrar a maneira como foram analisados os subentendidos de todo o *corpus*. O primeiro texto é um Editorial do Jornal O Globo, publicado em 05/09/2021, e o segundo, uma crônica publicada em 06/09/2021, pelo colunista Fernando Gabeira, para o mesmo jornal. Ambos os textos tratam sobre as manifestações a favor do Presidente Jair Bolsonaro, que foram agendadas para o dia 07/09/2021, uma terça-feira.

#### EDITORIAL

##### **Será preciso ter responsabilidade no 7 de Setembro**

05/09/2021 • 00:01

O presidente Jair Bolsonaro está certo quando diz que seus apoiadores têm o direito de ir e vir, de organizar manifestações como as previstas para o Dia da Independência nesta terça-feira e de defender as políticas adotadas por seu governo. Do ponto de vista político, o presidente também tem o direito de chamar bolsonaristas para a rua. É um momento em que ele precisa demonstrar força diante de uma realidade inóspita.

A inflação segue alta e corrói a renda, o desemprego continua afetando mais de 14 milhões de brasileiros, indícios de maracutaias não param de sair da CPI da Covid, a crise hídrica e a falta de planejamento fizeram o preço da conta de luz disparar, pondo em risco a recuperação econômica em 2022. Empresários, sempre reticentes em criticar quem está no governo por receio de represálias, têm saído a público com manifestos em favor da democracia, uns mais, outros menos explícitos nas críticas ao presidente.

Precisa ficar claro, porém, tanto a Bolsonaro quanto a seus seguidores, que seus direitos, como os de todos os brasileiros, têm limites. Podem ir e vir, mas não dirigir a 120 quilômetros por hora dentro das cidades. Desfrutam a liberdade de expressão, porém não podem atacar as instituições que sustentam o ordenamento democrático. Infelizmente, dado o retrospecto, faz-se ainda necessário explicitar também que não é permitida a participação de militares da ativa em manifestações políticas.

Motivos para preocupação com o que acontecerá no 7 de Setembro não faltam. Como já foi dito sobre Donald Trump, Bolsonaro é também uma “fábrica de confusão”. Afirma ser um democrata e respeitar os resultados eleitorais, nega apoiar a ideia de um golpe e, ao mesmo tempo, dá sinais claros de pensar o oposto. Quem afirma “jogar dentro das quatro linhas da Constituição” não pode condicionar sua obediência a nada. Não tem “mas”.

Continuando no terreno das metáforas futebolísticas, o presidente parece agir como um técnico de futebol que jura respeitar as regras do jogo, mas treina seu time com lições de luta livre, não para obedecer às decisões do juiz. Que fique claro: todas as precauções devem ser tomadas para que as manifestações ocorram em clima de paz. Caso contrário, a responsabilidade recairá sobre o próprio presidente.

Na sexta-feira, Bolsonaro disse que o 7 de Setembro será um ultimato para “um ou dois”, o que foi entendido como referência a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Dias antes, havia discursado que seus apoiadores mostrarão “quem manda no Brasil”. “Nós temos a obrigação de fazer aquilo que vocês determinam.”

O presidente precisa entender duas coisas: 1) ministros do STF não podem receber, sob nenhuma hipótese, ultimato do inquilino do Alvorada; 2) por maiores que sejam as manifestações, o nível de apoio ao governo não chega a um quarto dos eleitores. Várias pesquisas de opinião atestam que os bolsonaristas são minoria. Ter a capacidade de lotar um estádio não significa ter a maior torcida. A democracia, é bom não esquecer, precisa proteger os direitos de todas as minorias, mas ainda é o governo da maioria.

Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/sera-preciso-ter-responsabilidade-no-7-de-setembro.html> (Acesso em: 29/10/2021)

Os editoriais do Jornal O Globo costumam apresentar uma tese logo no título do texto e é o que acontece no exemplo acima: “Será preciso ter responsabilidade no 7 de Setembro”. Para argumentar a favor dessa tese, o editorial fará uso de argumentos explícitos e implícitos, como é demonstrado a seguir.

Ainda no título do editorial, pode-se destacar o subentendido localizado na **metonímia** “7 de setembro” (a data pelo evento). Um leitor desavisado pode apenas associar essa data à comemoração da Independência do Brasil, já o leitor atualizado é capaz de inferir rapidamente que o editorial vai se referir às manifestações que foram marcadas para aquele dia. Essa metonímia, no entanto, não está sendo usada para julgar algo ou alguém, mas para agilizar a compreensão do sentido. Classifica-se, então, como uma **não insinuação**.

Os primeiros casos de insinuação registrados só surgem no terceiro parágrafo do texto, especificamente nos três trechos a seguir:

1. “Precisa ficar claro, porém, tanto a Bolsonaro quanto a seus seguidores, que seus direitos, como os de todos os brasileiros, têm limites. Podem ir e vir, mas não dirigir a 120 quilômetros por hora dentro das cidades.”
2. “Desfrutem a liberdade de expressão, porém não podem atacar as instituições que sustentam o ordenamento democrático.”



3. “Infelizmente, dado o retrospecto, faz-se ainda necessário explicitar também que não é permitida a participação de militares da ativa em manifestações políticas.”

Os fragmentos sublinhados acima apontam, respectivamente, para as seguintes **conclusões**:

1. Logo Bolsonaro e/ou seus apoiadores, no mínimo, já tentaram fazer algo parecido com dirigir a 120 quilômetros por hora dentro das cidades.
2. Logo Bolsonaro e/ou seus apoiadores, no mínimo, já atacaram, atacam ou pretendem atacar as instituições que sustentam o ordenamento democrático.
3. Logo as manifestações pró-Bolsonaro, no mínimo, já contaram com a presença de algum militar da ativa.

Esses são, portanto, trechos que carregam críticas implícitas, julgamentos direcionados a Bolsonaro e seus apoiadores. Sem dúvida, identificam-se conteúdos implícitos, constituindo, cada um, um caso de **insinuação**.

No parágrafo seguinte, o editorial diz que:

Motivos para preocupação com o que acontecerá no 7 de Setembro não faltam. Como já foi dito sobre Donald Trump, Bolsonaro é também uma “fábrica de confusão”.

A expressão sublinhada, como reforça o uso das aspas, foi dita anteriormente por alguém não explicitado. Trata-se de uma **alusão** a uma fala já ocorrida e, ao mesmo tempo, uma metáfora, cuja implicatura (c.f. Grice, 1975) é “Bolsonaro costuma gerar confusões”. Tanto a alusão como a metáfora foram usadas para **insinuar/julgar** as atitudes do Presidente.

Já no quinto parágrafo, encontra-se:

Continuando no terreno das metáforas futebolísticas, o presidente parece agir como um técnico de futebol que jura respeitar as regras do jogo, mas treina seu time com lições de luta livre, não para obedecer às decisões do juiz.

Em “terreno das metáforas futebolísticas”, o vocábulo “terreno” foi utilizado metaforicamente para expressar “assunto”, “tema”, um recurso que torna a mensagem mais clara, ou seja, um caso de conteúdo implícito que caracteriza uma

**não insinuação.** Quando, entretanto, Bolsonaro é descrito como alguém que “treina seu time com lições de luta livre, não para obedecer às decisões do juiz”, o conteúdo implícito se caracteriza como uma **insinuação**. A **conclusão** identificada nessa insinuação é “o Presidente age de maneira irresponsável com seus apoiadores, incitando-os à violência, à desordem, à desobediência aos membros do STF”.

Na tabela abaixo, apresenta-se o panorama dos trechos em que se identificam conteúdos subentendidos:

<b>Editorial: <i>Será preciso ter responsabilidade no 7 de Setembro</i></b>		
<b>Número</b>	<b>Trecho</b>	<b>Tipos de implícitos</b>
1	“no 7 de setembro”	Metonímia / Não insinuação
2	“mas não dirigir a 120 quilômetros por hora dentro das cidades”	Conclusão / Insinuação
3	“porém não podem atacar as instituições que sustentam o ordenamento democrático”	Conclusão / Insinuação
4	“não é permitida a participação de militares da ativa em manifestações políticas”	Conclusão / Insinuação
5	“fábrica de confusão”	Alusão / Insinuação
6	“fábrica de confusão”	Metáfora / Insinuação
7	“terreno nas metáforas futebolísticas”	Metáfora / Não insinuação
8	“treina seu time com lições de luta livre, não para obedecer às decisões do juiz”	Metáfora / Insinuação

O segundo exemplo de análise, a seguir, traz a crônica de Fernando Gabeira, a qual aborda o mesmo assunto do editorial: as manifestações bolsonaristas agendadas para o dia 07 de setembro de 2021.

#### **CRÔNICA**

##### **E tudo se acabar na quarta-feira**

Por **Fernando Gabeira**

06/09/2021 • 00:01

As manifestações bolsonaristas de amanhã devem ser grandes. Houve empenho do governo, intensa campanha nas redes sociais, financiamento para aluguel de ônibus do interior — enfim, um esforço excepcional.

Elas podem até ter algumas consequências adiante, mas, do ponto de vista de objetivo político, são um momento de sonho para vestir fantasias que não sobrevivem na quarta-feira. E, quando não há objetivo político válido, dificilmente uma força se impõe, mesmo havendo muita gente e até poder militar.

Uma das bandeiras do bolsonarismo está praticamente morta. É o voto impresso. Foi derrotado no contexto legal em que deveria ser analisado, e não há como voltar atrás. Nesse caso particular, estarão simplesmente carregando um defunto, na expectativa de que lhes possa ser válido no ano que vem, em caso de derrota eleitoral.

A outra bandeira do bolsonarismo será, aparentemente, a liberdade de expressão. Em termos abstratos, ninguém se coloca contra ela. A dificuldade é aceitar que se puguem a violência e a invasão de prédios públicos como se estivessem exercitando a liberdade, quando, de fato, ultrapassam seus limites legais.

Essa aceitação de limites está presente, por exemplo, no parecer da subprocuradora Lindôra Araújo, que denunciou o ex-deputado Roberto Jefferson.

Isso não significa que o tema não deva ser constantemente discutido. E o é no Brasil. Juízes têm censurado jornais; há debates sobre instruções do Supremo relativas a combate a fake news; o próprio Bolsonaro rejeitou uma lei que penaliza a divulgação em massa de notícias falsas. É um tema em aberto, mas a conclamação à violência e o racismo, para citar alguns, são limites legais que não podem ser transpostos apenas por atos de vontade.

Bolsonaro é presidente. Tem pouco a dizer diante de uma pandemia que não desapareceu, como creem alguns otimistas. Governa um país em que a economia estagnou, encontra diante de si uma crise hídrica que se desdobra também numa crise de energia.

Numa situação dessas, o presidente lidera manifestações pelo voto impresso ou por uma duvidosa concepção de liberdade. Isso é tão distante da realidade como conclamar as pessoas a comprar fuzis e definir como idiota quem está preocupado com os alimentos, cada vez mais caros.

O exame dos problemas reais do Brasil implica a definição da responsabilidade do presidente. Até a crise hídrica, de certa forma determinada por fenômenos como La Niña, seria mais branda se não houvesse tanto desmatamento e tantas queimadas estimulados pelo governo Bolsonaro.

Pode ser que se ouça nas ruas algum grito contra a corrupção. Mas será de uma amarga ironia. Bolsonaro apenas se aproveitou da bandeira. Os fatos descritos na CPI mostram como gigantescos golpes estavam armados contra os cofres públicos. As denúncias de rachadinha contra o filho ex-deputado estadual estendem-se ao filho vereador e alcançam o próprio gabinete de Bolsonaro.

Como se não bastassem essas revelações, o encontro com o setor fisiológico do Congresso revela que Bolsonaro, como ele próprio diz, se originou no Centrão e sempre se localizou nesse espaço político.

Muita gente pode ir para a rua, mas, se estiverem perdidos, de nada adianta serem muitos se perdidos de armas na mão.

O Brasil vive um momento dramático de crise sanitária ainda não vencida, crise econômica e social, crise ambiental, seca e escassez de energia, quase 15 milhões de desempregados.

Uma grande manifestação que ignore essa realidade e um presidente que se esconde dela servem apenas para mostrar como é profundo o abismo em que nos metemos e como será difícil superá-lo sem um grande debate sobre a reconstrução.

A cortina de fumaça que Bolsonaro cria para tentar sobreviver politicamente não nos deixa avaliar ainda quanto a democracia, o tecido social e os recursos naturais foram devastados neste período. É uma tarefa para a quarta-feira de cinzas.

Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniao/post/e-tudo-se-acabar-na-quarta-feira.html>  
(Acesso em: 30/10/2021)

Gabeira, nesse texto, defende a tese de que as manifestações do 7 de Setembro não possuem objetivos políticos válidos. Vale lembrar que a argumentação aqui, mais uma vez, foi apoiada em conteúdos explícitos e implícitos, sendo esses últimos o foco desta análise.

Novamente, o título do texto já revela ao leitor o ponto de vista que será defendido: “E tudo se acabar na quarta-feira.”. Como já informado, o tal 7 de setembro caiu em uma terça-feira, ou seja, Gabeira está deixando subentendido – construindo conteúdos implícitos – já no título de sua crônica: (1) as manifestações pró-Bolsonaro não surtirão qualquer efeito, e, a essa **conclusão**, soma-se (2) a **associação metafórica** feita com a Quarta-feira de Cinzas, momento que marca o fim do carnaval. Logo, as manifestações foram entendidas metaforicamente como uma espécie de carnaval para o cronista. Esses dois subentendidos são classificados como **insinuações**, uma vez que evidenciam o julgamento do autor.

Já no segundo parágrafo, a crônica afirma o seguinte:

Elas [as manifestações bolsonaristas] podem até ter algumas consequências adiante, mas, do ponto de vista de objetivo político, são um momento de sonho para vestir fantasias que não sobrevivem na quarta-feira. E, quando não há objetivo político válido, dificilmente uma força se impõe, mesmo havendo muita gente e até poder militar.

Novamente, a **insinuação** por meio da **metáfora** se instala, sugerindo o seguinte subentendido: as manifestações bolsonaristas serão como um carnaval.

A partir do terceiro parágrafo, Gabeira traz dados mais concretos para a sua argumentação. Seu primeiro ponto é a questão do voto impresso, defendida por Bolsonaro:

Uma das bandeiras do bolsonarismo está praticamente morta. É o voto impresso (...). Nesse caso particular, estarão simplesmente carregando um defunto, na expectativa de que lhes possa ser válido no ano que vem, em caso de derrota eleitoral.

Há, nesses trechos, muitas **metáforas**:

1. “bandeira” = ideia/causa;
2. “morta” = impossível/inviável;
3. “carregando” = defendendo/insistindo em;
4. “defunto” = ideia/causa impossível/inviável.

Todos esses vocábulos utilizados pelo autor, com exceção de “bandeira”, que soa como uma comparação mais esvaziada de julgamento, servem como insinuações, ou seja, ajudam a expressar o lado negativo/inútil das manifestações em questão. Dessa forma, por meio dos conteúdos implícitos veiculados por metáforas, contabilizam-se três **insinuações** e uma **não insinuação**.

No quarto parágrafo, o cronista diz:

A outra bandeira do bolsonarismo será, aparentemente, a liberdade de expressão. Em termos abstratos, ninguém se coloca contra ela. A dificuldade é aceitar que se **preguem** a violência e a invasão de prédios públicos como se estivessem exercitando a liberdade, quando, de fato, **ultrapassam** seus limites legais.

É utilizado novamente o vocábulo “bandeira” para expressar ideia/causa (uma **não insinuação**). Já o segundo trecho sublinhado apresenta uma construção sintática que indetermina os agentes das ações problemáticas (verbos pregar e ultrapassar), deixando subentendida uma **conclusão** crítica (**insinuação**): Bolsonaro e seus apoiadores pregam a violência e a invasão de prédios públicos, ultrapassando, assim, seus limites legais.

Em seguida, Gabeira faz um comentário que carrega em si mais um **julgamento implícito**:

Essa aceitação de limites está presente, por exemplo, no parecer da subprocuradora Lindôra Araújo, que denunciou o ex-deputado Roberto Jefferson.

Ao citar o exemplo do caso Roberto Jefferson, pode-se subentender que os comentários do ex-deputado são comparáveis aos de Bolsonaro e, portanto, igualmente criminosos. Trata-se, assim, de uma **conclusão** com **insinuação**.

No sexto parágrafo, encontra-se:

Isso não significa que o tema [liberdade de expressão] não deva ser constantemente discutido. E o é no Brasil. Juízes têm censurado jornais; há debates sobre instruções do Supremo relativas a combate a fake news; o próprio Bolsonaro rejeitou uma lei que penaliza a divulgação em massa de notícias falsas. É um tema em aberto, mas a conclamação à violência e o racismo, para citar alguns, são limites legais que não podem ser transpostos apenas por atos de vontade.

A expressão “combate a fake news” representa uma **metáfora** puramente facilitadora de compreensão (uma **não insinuação**), que faz referência ao esforço contra a circulação de notícias falsas. O mesmo não ocorre na oração iniciada pela conjunção “mas”. Nela, Gabeira mais uma vez **insinua**, por meio de uma **conclusão** implícita, que esses problemas (conclamação à violência e o racismo) são provocados por Bolsonaro e/ou seus apoiadores.

No oitavo parágrafo, tem-se:

Numa situação dessas, o presidente lidera manifestações pelo voto impresso ou por uma duvidosa concepção de liberdade. Isso é tão distante da realidade como conclamar as pessoas a comprar fuzis e definir como idiota quem está preocupado com os alimentos, cada vez mais caros.

Novamente, a **conclusão** que surge no trecho sublinhado **insinua** que Bolsonaro está conclamando “pessoas a comprar fuzis” e definindo “como idiota quem está preocupado com os alimentos, cada vez mais caros.”

No décimo parágrafo, o autor afirma:

Pode ser que se ouça nas ruas algum grito contra a corrupção. Mas será de uma amarga ironia. Bolsonaro apenas se aproveitou da bandeira. Os fatos descritos na CPI mostram como gigantescos golpes estavam armados contra os cofres públicos.

A **metáfora** “amarga ironia” (infeliz ironia) carrega também uma crítica, uma **insinuação**, e o vocábulo “bandeira” aparece novamente para expressar ideia/causa

(**não insinuação**). Ainda no mesmo parágrafo, o autor utiliza “golpes”, no sentido de planos danosos, e “armados”, no sentido de preparados/pensados. Duas **metáforas** que, além de agilizarem a compreensão do sentido, adicionam uma atmosfera trágica ao discurso, enfatizando a gravidade da situação, podendo ser classificadas, assim, como **insinuações**.

No décimo segundo parágrafo, encontra-se o trecho:

Muita gente pode ir para a rua, mas, se estiverem perdidos, de nada adianta serem muitos se perdidos de armas na mão.

O vocábulo “perdidos” expressa a falta de objetivos válidos desses manifestantes (uma **metáfora** que **insinua**). Já a expressão “armas na mão” faz **alusão** a uma causa do Presidente: liberar a compra de armas. Essa alusão parece querer **insinuar** que as armas não são importantes no cenário atual.

No penúltimo parágrafo, Gabeira constata:

Uma grande manifestação que ignore essa realidade [brasileira] e um presidente que se esconde dela servem apenas para mostrar como é profundo o abismo em que nos metemos e como será difícil superá-lo sem um grande debate sobre a reconstrução.

A metáfora trágica do “abismo” **insinua** que é muito difícil a realidade que escolheram ao eleger o governo atual. Já no final do parágrafo, infere-se a **conclusão** de que é o próprio país que precisa de uma reconstrução (**juízo/insinuação**).

Já no último parágrafo, encontra-se:

A cortina de fumaça que Bolsonaro cria para tentar sobreviver politicamente não nos deixa avaliar ainda quanto a democracia, o tecido social e os recursos naturais foram devastados neste período. É uma tarefa para a quarta-feira de cinzas.

Verificam-se, nesse final, duas **metáforas/insinuações** alarmantes: (1) “cortina de fumaça”, indicando a manipulação e a influência do Presidente sobre seus apoiadores (já que uma cortina de fumaça é usada para encobrir ações, como os mágicos fazem nas apresentações); e (2) “quarta-feira de cinzas”, retomando mais uma vez sobre o caráter carnavalesco/sonhador das manifestações e do próprio governo em si.

A seguir, veja-se a tabela com a relação dos trechos em que a crônica sugeriu subentendido(s):

<b>Crônica: <i>E tudo se acabar na quarta-feira</i></b>		
<b>Número</b>	<b>Trecho</b>	<b>Tipos de implícitos</b>
1	“E tudo se acabar na quarta-feira”	Metáfora / Insinuação
2	“E tudo se acabar na quarta-feira”	Alusão / Insinuação
3	“[as manifestações] são um momento de sonho para vestir fantasias que não sobrevivem na quarta-feira”	Metáfora / Insinuação
4	“bandeira”	Metáfora / Não Insinuação
5	“morta”	Metáfora / Insinuação
6	“carregando”	Metáfora / Insinuação
7	“defunto”	Metáfora / Insinuação
8	“bandeira”	Metáfora / Não Insinuação
9	“A dificuldade é aceitar que se preguem a violência e a invasão (...) quando, de fato, ultrapassam seus limites legais”	Conclusão/ Insinuação
10	“denunciou o ex-deputado Roberto Jefferson”	Conclusão/ Insinuação
11	“combate a fake news”	Metáfora / Não Insinuação
12	“mas a conclamação à violência e o racismo, (...) não podem ser transpostos apenas por atos de vontade”	Conclusão/ Insinuação
13	“conclamar as pessoas a comprar fuzis e definir como idiota quem está preocupado com os alimentos, cada vez mais caros.”	Conclusão/ Insinuação
14	“Mas será de uma amarga ironia”	Metáfora / Insinuação
15	“bandeira”	Metáfora / Não Insinuação
16	“golpes”	Metáfora / Insinuação
17	“armados”	Metáfora / Insinuação
18	“perdidos”	Metáfora / Insinuação
19	“armas na mão”	Alusão / Insinuação
20	“como é profundo o abismo em que nos metemos”	Metáfora / Insinuação
21	“como será difícil superá-lo sem um grande debate sobre a reconstrução.”	Conclusão/ Insinuação
22	cortina de fumaça	Metáfora / Insinuação
23	É uma tarefa para a quarta-feira de cinzas	Metáfora / Insinuação



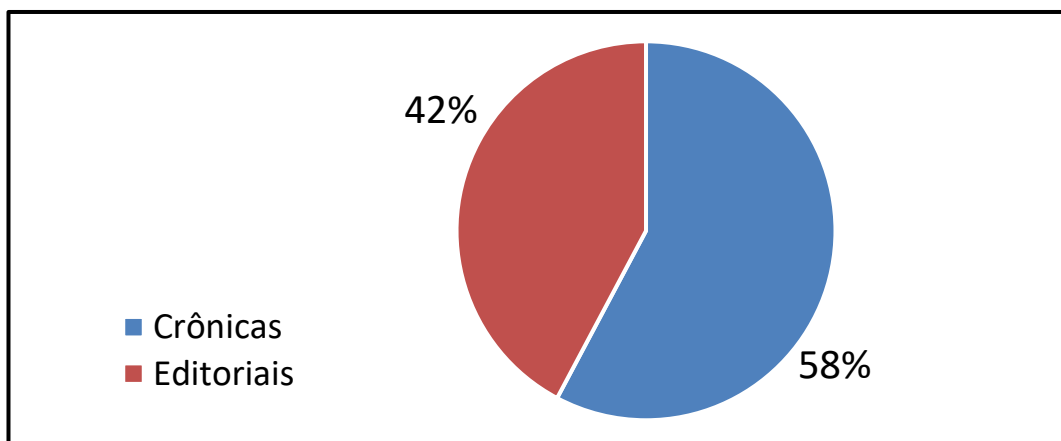
Tanto na crônica como no editorial, percebe-se que a ocorrência de insinuações é bastante significativa. Elas representam, em cada texto, mais de 50% do total de subentendidos encontrados. Ainda em relação ao tipo de subentendido, os dados mostram que a metáfora aparece com um recurso muito produtivo em ambos os gêneros, ainda que o editorial seja um tipo de texto mais objetivo e formal.

Vale reforçar, ainda, que os dois textos analisados apresentam teses similares, em que denunciam a inconsistência do movimento agendado para o dia 7 de setembro. Nesse sentido, é comum que, em uma temática/tese como essa, apareçam diferentes formas de julgamento, incluindo as insinuações. Esse ponto será mais bem abordado na análise quantitativa, nossa próxima seção.

#### 4.2. Análise Quantitativa

Nesta seção, será possível comprovar se as hipóteses iniciais estavam de acordo ou não com a realidade dos dados. Na **primeira hipótese**, foi sugerido que o gênero crônica apresentaria um percentual maior de subentendidos quando comparado ao gênero editorial. Essa hipótese foi levantada porque as crônicas apresentam, normalmente, um caráter mais informal e subjetivo. O gráfico abaixo confirma essa ideia:

**Quadro 1:** Total de Conteúdos Subentendidos por Gênero Textual

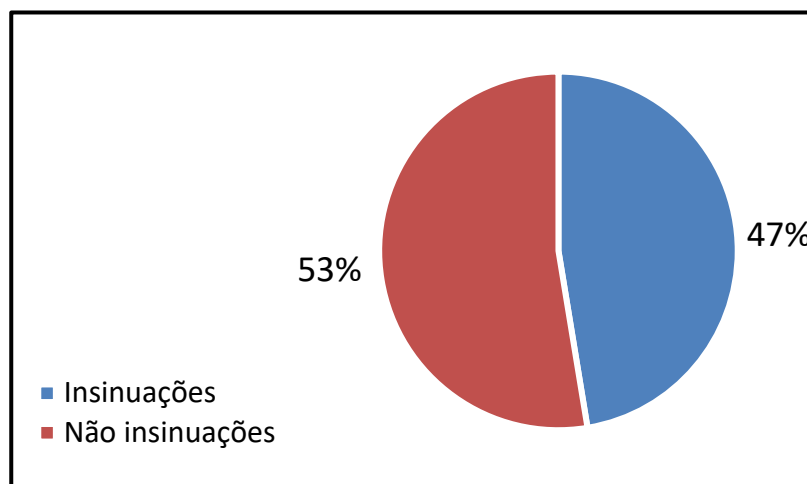


Na análise dos 10 textos (5 crônicas e 5 editoriais), foram registradas **135** ocorrências de conteúdos implícitos do tipo **subentendido** (implicatura). Desse total, **58%** (78 oc.) estavam nas **crônicas** e **42%** (57 oc.) nos **editoriais**. Vale destacar que a diferença entre essas ocorrências não é muito grande, e isso ocorre porque a

Pragmática do Português do Brasil tem, como característica, certa agilidade na comunicação, sendo uma prática natural na maioria dos gêneros textuais. Assim, mesmo em um gênero textual mais objetivo e formal como o editorial de jornal, pode haver uma quantidade significativa de implícitos e de linguagem figurada, conforme pôde ser observado.

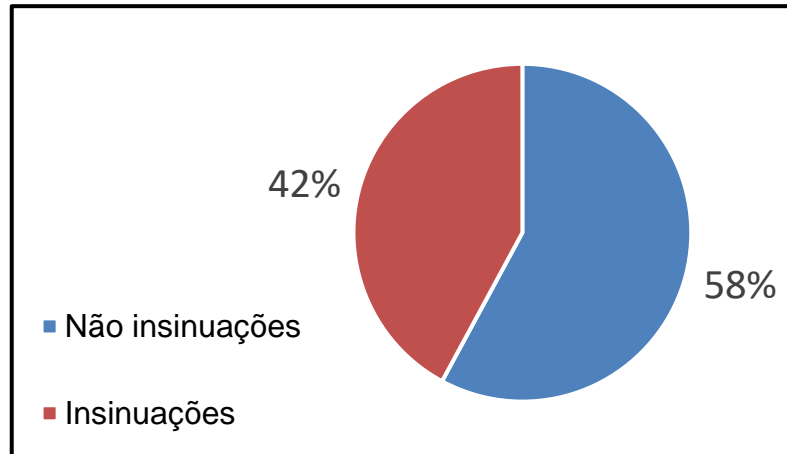
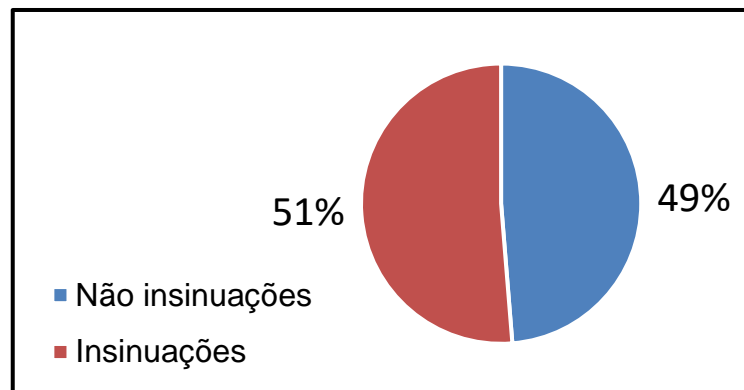
A **segunda hipótese**, na qual se afirmava que determinados subentendidos carregariam um julgamento negativo (insinuações) sobre algo ou alguém, também pôde ser confirmada pelos dados, como aponta o gráfico abaixo:

**Quadro 2:** Índice de Insinuações nos dois Gêneros Textuais



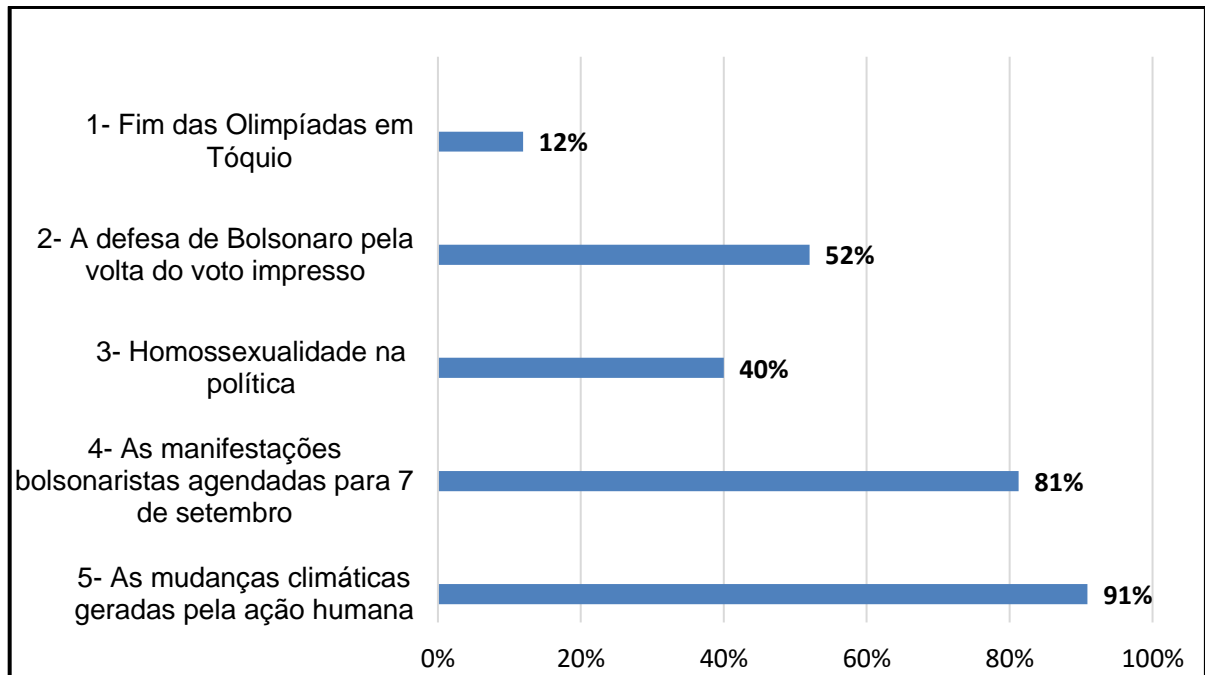
Das 135 ocorrências de subentendidos encontrados no *corpus* desta pesquisa, quase metade (**47%**) foi classificada como **insinuação** e **53%** como **não insinuação**. Esses números mostram o quanto críticas implícitas podem ser produtivas, e esses dados já direcionam para a **terceira hipótese**: O gênero editorial apresentaria menos insinuações que o gênero crônica.

Essa hipótese foi feita porque se sabe que o gênero editorial não costuma ser assinado, como acontece nas crônicas. Em outras palavras, a não identificação dos autores nos editoriais poderia contribuir para a escrita de julgamentos mais diretos, enquanto cronistas poderiam sentir uma necessidade maior de julgar indiretamente, através de insinuações, devido ao receio de represálias, por exemplo. Sobre essa terceira hipótese, os dados demonstram o seguinte:

**Quadro 3:** Percentual de insinuações nos Editoriais**Quadro 4:** Percentual de insinuações nas Crônicas

Nos **editoriais**, há, de fato, um percentual maior de **não insinuações (58%)**, contra **42%** de **insinuações**. Já nas **crônicas**, observa-se um quase empate entre o número de **insinuações (51%)** e **não insinuações (49%)**. Essa diferença mínima de **2%** entre as ocorrências nas crônicas pode ser explicada pelo caráter diversificado e livre do formato desse gênero. Nesse sentido, alguns cronistas podem optar por uma escrita mais explícita/objetiva e outros por uma linguagem mais implícita/subjetiva.

Por fim, na **quarta e última hipótese**, foi dito que os textos de temática política apresentariam um percentual maior de subentendidos do tipo insinuação. É o que confirma também o quadro a seguir:

**Quadro 5:** Índice de Insinuações por Tema

Para chegar a esses números, foram somadas as ocorrências de **insinuações** em cada par temático (1 crônica e 1 editorial para cada um dos 5 temas).

No **primeiro par**, cujo tema envolvia as **Olimpíadas de Tóquio**, encontrou-se uma frequência de **12% (5 oc.) de insinuações**. Esse baixo percentual se explica pelo sucesso do evento em questão. Mesmo em condições pandêmicas, Tóquio entregou uma grande Olimpíada ao mundo. Os autores desses textos apenas teceram críticas sobre o fato de o Brasil ainda não investir o suficiente no esporte e nos atletas brasileiros.

Ao passar para o **terceiro par**, encontra-se o **segundo menor percentual: 40% (10 oc.)** dos subentendidos encontrados nos dois textos sobre **homossexualidade na política** eram julgamentos do tipo insinuações. Esses textos abordam a repercussão da entrevista do atual governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, a Pedro Bial na Rede Globo. Leite resolveu se assumir gay durante o programa e, após esse episódio, Bolsonaro fez um comentário entendido como ofensivo pela mídia sobre o caso. Há, portanto, uma questão ideológica e política

envolvida, isto é, um assunto polêmico (homossexualidade) sendo discutido no âmbito público (entre políticos), o que favorece a presença de críticas explícitas e implícitas.

É o que acontece também, com ainda mais força, nos pares 2, 4 e 5 do *corpus* (de acordo com o Quadro 5). A **insistência de Bolsonaro pelo retorno do voto impresso, as manifestações bolsonaristas agendadas para o dia 7 de setembro e as mudanças climáticas promovidas pela ação humana** são temas nos quais os autores resolvem argumentar explícita e implicitamente sobre o que seria incompetência do governo e do Presidente. Por isso, esses pares conseguem atingir, respectivamente, **52% (13 oc.), 81% (26 oc.) e 91% (10 oc.)** de insinuações.

No próximo e último capítulo, apresentam-se as conclusões gerais sobre a pesquisa, bem como as possíveis lacunas deste trabalho.

## 5. CONCLUSÃO

Durante a análise do *corpus*, percebeu-se o quanto **subentendidos** são objetos de estudo ricos em significação e possibilidades, o que parece tornar qualquer tentativa de categorização insuficiente.

Pensando nisso, este estudo optou por fazer uma diferenciação mais simplificada: buscou-se identificar quais subentendidos eram produzidos com a finalidade de criticar e quais não eram. Após esse primeiro passo, tentou-se fazer uma análise comparativa entre os gêneros selecionados (editorial e crônica), para saber qual deles seria mais produtivo em termos de argumentação implícita e, especificamente, de julgamentos implícitos (insinuações).

Conforme foi demonstrado nas análises quantitativa e qualitativa, os subentendidos são altamente produtivos nos gêneros analisados, contribuindo de forma recorrente para a defesa do ponto de vista dos cronistas e dos editoriais.

Em relação às quatro hipóteses levantadas no início da pesquisa, os dados confirmaram todas as suspeitas.

O gênero crônica apresentou o maior número de subentendidos, mas vale ressaltar que a diferença em relação ao editorial é relativamente pequena, ou seja, o editorial também se utiliza bastante da argumentação implícita.

Determinados subentendidos, nesses dois gêneros, de fato carregam um julgamento negativo sobre algo ou alguém. Quase metade dos subentendidos registrados em todo o *corpus* são insinuações.

O gênero editorial apresenta, como foi pensado, o menor índice de insinuações, enquanto a crônica revela uma ocorrência mais equilibrada. Explicaram-se esses dados evidenciando que o editorial não é um texto assinado, o que pode ser um fator motivador para o julgamento explícito, em detrimento do implícito.

Os textos de temática política apresentam, comprovadamente, um percentual maior de subentendidos do tipo insinuação. Esse dado revela que, no âmbito político, as reclamações são maiores e, conseqüentemente, os julgamentos/críticas também.

Por fim, após a confirmação dessas hipóteses, pode-se finalizar esta monografia enfatizando que: 1) o nível do não dito pode ser cheio de intenções, como qualquer instância daquilo que se configura como linguagem no ser humano; e 2) seja na voz de uma instituição jornalística comandada por pessoas, seja na voz de um cronista, os subentendidos contribuem significativamente para a argumentação.

## REFERÊNCIAS

CANÇADO, **Márcia**. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. 2. ed. revisada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COSTA, S. R. **Dicionário de gêneros textuais**. 2. ed. ver. ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

SILVA, Welton Pereira; GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. **Argumentação por implícitos como estratégia de patemização**. Gragoatá, Niterói, v.24, n. 50, p. 853-872, 2019.

GRICE, Herbert Paul. **Logic and Conversation**. In: DAVIS, Steven (org.). *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1975.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. Contexto: São Paulo, 2020.